

Como avaliar a participação pública? Uma reflexão a partir do programa BipZip da Câmara Municipal de Lisboa

Roberto Falanga^a

Resumo

A participação de cidadãos e cidadãs na construção de políticas públicas tem vindo a afirmar-se como um fenómeno difuso em muitos regimes democráticos. A atenção dada à avaliação de processos e impactos das práticas participativas tem sido extremamente limitada. Este texto visa contribuir para um debate mais robusto sobre modelos de avaliação, discutindo algumas das propostas mais relevantes neste âmbito de estudos. A reflexão situada em torno da avaliação do programa BipZip, implementado pela Câmara de Lisboa desde 2011, serve para destacar inquietações abrangentes, que tocam tanto à academia como aos que estão diretamente envolvidos na implementação destas práticas no terreno.

Keywords

Participação Pública, Avaliação, BipZip, Lisboa

Abstract

Participation of civil society in policymaking is one of the most remarkable phenomena of current democracies. Despite the dissemination of participatory practices worldwide, little attention has been paid to the evaluation of processes and impacts. This article aims to contribute to the debate by discussing the scientific literature on the topic and proposing a situated reflection about the BipZip programme implemented by the municipality of Lisbon since 2011. The evaluation model for the programme is considered in the light of more comprehensive concerns which can help strengthen the dialogue between theory and practice.

Keywords

Public Participation, Evaluation, BipZip, Lisbon

Introdução

Nas últimas duas décadas, Portugal destacou-se como um dos países europeus com o número mais elevado de processos participativos a nível municipal (Observatório nacional da participação: www.portugalparticipa.pt/monitoring). No País, os mecanismos da democracia participativa têm vindo a promover um maior envolvimento da sociedade civil junto dos eleitos e do corpo técnico, para a melhoria das políticas públicas, bem como da relação entre governados e governantes. Mecanismos de participação têm vindo a ser implementados à escala local, tanto na preparação de planos orçamentais e estratégicos, bem como na implementação de intervenções territoriais mais pontuais de requalificação e regeneração. No entanto, pouco ou nulo tem sido o debate em torno da eficácia desses mecanismos no cenário internacional e escassa tem sido a sistematização de metodologias para a sua avaliação. De forma semelhante, apesar da elevada difusão desses mecanismos em Portugal, a necessidade de medir

procedimentos e impactos, não parece ser uma prioridade na agenda pública.

Este texto visa contribuir para o reforço do debate em torno da avaliação da participação pública, a partir de alguns desafios postos na análise do programa BipZip (Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária) implementado pela Câmara Municipal de Lisboa. O programa, desenvolvido desde 2011, visa fomentar projetos de regeneração urbana e desenvolvimento local, em sítios particularmente desfavorecidos do seu território urbano. Os projetos são propostos e realizados por parcerias compostas por associações não-governamentais, grupos de cidadãos e/ou juntas de freguesia, com o apoio financeiro e logístico do Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Lisboa. Contando com a posição privilegiada do autor, enquanto membro da equipa consultora do programa BipZip, pretende-se discutir uma proposta de avaliação, destacando a importância de manter um canal aberto e crítico entre terreno e teorias.

^a Psicólogo, Doutor em Sociologia, Investigador de Pós-doutoramento. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa. Email: roberto.falanga@ics.ulisboa.pt.

Participação pública

Formular e implementar medidas de natureza pública para o bem comum, representa o fim último duma governação que se pretende democrática. O processo de construção das políticas públicas exige, não só a convergência de interesses diversos, como também a sua operacionalização em fases distintas de elaboração, para a agregação ou disgregação de tais interesses. A interação entre diversos atores pode realizar-se em todas as fases previstas para a formulação e execução das políticas públicas (Scharpf, 1978). Contudo, é com o foco na fase de implementação que, a partir dos anos 1970, se promoveu um aceso debate sobre a possibilidade de repensar o papel da sociedade civil. A análise ‘de baixo para cima’ das políticas públicas avaliou a atuação de novos subsistemas compostos por representantes eleitos, grupos organizados de interesse, empresas, “think tanks”, grupos de investigação académica, meios de comunicação e técnicos no terreno (Castells, 1996; Lipsky, 1980; Atkinson e Coleman, 1989). A entrada direta dos cidadãos na construção das políticas públicas, dentro de novas redes de decisão constituídas para o efeito, remeteu logo para a necessidade de problematização profunda de novas relações de poder. Alguns estudiosos chegaram inclusive a alertar para os riscos que um ‘excesso’ de participação poderia vir a criar aos regimes democraticamente eleitos (Huntington, 1975).

De forma geral, a promoção de princípios e mecanismos da democracia participativa entra necessariamente em colisão com concepções mais ‘verticalizadas’ de governação, assim como com a tradição de matriz racionalista de produção de conhecimento linear, para a formulação e implementação de políticas públicas (Easton, 1965; Forester, 1999; Dryzek, 2002). A participação pública também tem vindo a desafiar a cativeiração de interesses por parte de elites políticas ou tecno-burocráticas (Fiorino, 1990; Fischer, 2009). A operacionalização da participação pode dar-se de formas e formatos diferentes, os quais dependem da fase de realização dentro do ciclo de construção das políticas públicas, bem como da metodologia participativa aplicada. O envolvimento dos cidadãos pode ser realizado nas diversas fases de formulação dos problemas, identificação das soluções, decisão sobre as medidas a ser implementadas, realização das medidas e avaliação das políticas públicas (Hogwood and Gunn, 1984; Hupe and Hill, 2007; Roberts, 2002). Quanto às metodologias, destacam-se, entre outras, das mais tradicionais como encon-

tros públicos (*public meetings*) e *consensus conferences*, à aplicação de instrumentos derivados das ciências sociais, para a recolha de informações e opiniões, tais como inquéritos e grupos focais (Rowe and Frewer, 2004; Lowndes *et al.* 2001).

A articulação de metodologias participativas nas distintas fases, que caracterizam os ciclos das políticas públicas reflete, necessariamente, a configuração de moldes diversos através dos quais o poder é partilhado. Na participação pública, o poder pode ser entendido tanto na sua vertente distributiva de “decisão partilhada”, como de *empowerment* dos atores envolvidos. No primeiro caso, o poder torna-se uma *conditio sine qua non* dos processos participativos, na medida em que sem partilha do poder de decisão, o processo participativo carece de qualquer legitimidade. A partilha baseia-se na troca igual de informação entre eleitos e atores sociais, para uma atuação efetiva no resultado final, o que a distingue de formas de mera comunicação por parte da autoridade pública, bem como de iniciativas de consulta em que os cidadãos se limitam a exprimir as suas opiniões acerca de problemas específicos (Rowe e Frewer, 2000). Essas características definem a associação positiva entre participação, potencial de aprendizagem, capacitação e *empowerment*, adquiridos através do próprio envolvimento (Farrington *et al.*, 1993; Murray, 2002; Creighton, 2005). Neste segundo caso, o poder não é uma *conditio sine qua non*, sendo mais uma variável ou um efeito do processo participativo.

Arnstein (1971) esclarece a relação mútua entre estas duas concepções de poder, definindo uma escala de participação, que vai das formas mais “manipuladoras” de usar o envolvimento dos atores sociais, até às formas mais efetivas de auto-organização dos mesmos. Através da sua proposta teórica, visou-se discutir o grau de *empowerment* que os processos participativos podem proporcionar à sociedade civil. Fiorino (1990) caracteriza as mais-valias democráticas da participação na sua vertente substantiva (os atores da sociedade civil veem problemas que podem escapar aos peritos); instrumental (as decisões tomadas com mecanismos participativos são mais legítimas e eficazes); e normativa (a sociedade tem de controlar a ação do governo e a orientação tecnocrática é, portanto, incompatível com os valores democráticos). A estas três vertentes, Webler *et al.* (1995) acrescentam uma quarta dimensão relacionada com a aprendizagem social, construída através desses processos e base para uma mudança social efetiva. Para

além de propostas teóricas em linha com a visão “normativa” da participação, a análise das suas múltiplas variantes tem também fomentado o debate académico nas últimas décadas. Fung (2006) insere-se nessa segunda tradição de estudos e problematiza a abordagem de Arnstein, argumentando com o peso das variáveis contextuais na escolha dos mecanismos participativos, preferindo definir tipologias de participação a partir de três fatores: quem participa, como se participa e para que se participa. A combinação dos três fatores serve para entender de que forma a participação cumpre objetivos de legitimidade, justiça e eficácia da ação pública.

Avaliar a participação pública

Tanto abordagens ‘normativas’ como ‘analíticas’ reconhecem na participação pública, o papel instrumental de melhoria das políticas públicas e o valor substantivo de exercício de direitos democráticos. Apesar de estes objetivos estarem na base da grande difusão de processos participativos, limitada tem sido a atenção dada ao seu desempenho (OECD, 2005). Como apontado por Webler (1999) *“one of the most commonly cited reasons for why there should be citizen participation is that it improves decisions. If supported with evidence, this assertion could go a long way towards convincing responsible organizations to embrace a commitment to public participation. But answering this question requires that we define what an “improved” decision is”* (ibidem, p. 64). O autor sugere assim uma reflexão sobre a definição de sucesso que parte dos argumentos de Rosener (1978) levanta, a qual indica como razões para a falta de critérios comuns para a definição de sucesso e a relativa escassez de métodos e instrumentos de confiança, a complexidade do próprio conceito de participação pública (Cornwall, 2007).

Como e em que medida a participação pública consegue cumprir objetivos relacionados com o exercício de valores democráticos e a melhoria das políticas públicas? Se no primeiro caso a participação torna-se um objetivo em si, ao proporcionar espaços de exercício de poder e *empowerment*, no segundo caso a participação tem um valor instrumental, virado para a realização de objetivos circunscritos à implementação de políticas públicas e a valores abrangentes de acrescida transparência, *responsiveness* e *accountability* do sistema governativo (Yang e Pandey, 2011).

A necessidade de encontrar modelos de avaliação capazes de conter, tanto o caráter contextual como o potencial de transferibilidade,

tem-se tornado outra questão central para a definição de modelos de avaliação de confiança e abertos à grande variedade de práticas no mundo. Juntamente com a academia, organizações internacionais e transnacionais têm-se manifestado a este respeito, destacando que a falta de atenção na monitorização e na avaliação dos impactos dos processos participativos, leva a questionar a possibilidade efetiva de universalizar critérios de avaliação (OECD, 2005; IODP, 2006). Em contrapartida, e para ir ao encontro da construção de modelos transferíveis, alguns autores têm vindo a propor modelos abrangentes, através dos quais a combinação de critérios para a avaliação de procedimentos e impactos oferece, uma tentativa de operacionalizar princípios com base na partilha de poder e/ou de promoção de *empowerment* (Webler e Tuler, 2000; Bryson *et al.*, 2012; Rowe e Frewer, 2005).

Com o fim de tornar a avaliação da participação pública uma realidade não só funcional para a melhoria dos modelos de governação e da eficácia das políticas públicas, como também uma prática de “democracia”, alguns autores têm vindo a sugerir a adoção de metodologias participativas. A inclusão de cidadãos participantes, parceiros institucionais, financiadores públicos e privados, bem como de decisores democraticamente eleitos na construção e implementação de modelos de avaliação da participação pública problematiza, uma vez mais, diversas conceções e formas de gerir o poder. Estrella e Gaventa (1998) argumentam que a avaliação participativa entra de forma incisiva no debate das ciências políticas a partir dos anos 1980, acompanhando uma transformação mais ampla das ciências sociais e das metodologias de investigação, que visava aumentar o potencial de capacitação dos atores. A este respeito, Rebien (1996) defende que a inclusão deve substanciar-se no exercício de poder sobre a definição dos modelos de avaliação, de interpretação dos dados e de uso da informação oriunda da própria avaliação. Finalmente, Murray (2002) afirma que os participantes deveriam ter o poder de planear e gerir a avaliação, definindo as perguntas que guiam a metodologia de avaliação e não apenas de disponibilizar informações para as equipas de avaliação.

Avaliar o programa BIP/ZIP

A promoção e a implementação de processos participativos com a sociedade civil, tem vindo a afirmar-se como um fenómeno de impacto na agenda pública em Portugal. Juntamente com a disseminação maciça de orçamentos participativos, prati-

ca que atribui a possibilidade de definir as prioridades de investimento numa parte do orçamento com a comunidade, também se testemunha a criação de processos em outras áreas da vida pública. Inspirada pela tradição de instrumentos, que visam envolver as comunidades no planeamento de cidades ou bairros especialmente na Europa do Norte (Lowndes *et al.*, 2001) e sobretudo pela experiência de arquitetura participada realizada nos anos da pós-revolução em Portugal, através do SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local), a Câmara Municipal de Lisboa lançou em 2010 uma consulta pública, para discutir a constituição duma carta de bairros e zonas de intervenção prioritária. A carta foi formulada com base na análise das condições socioeconómicas, urbanísticas e ambientais da cidade de Lisboa e identificou 67 territórios caracterizados em 4 categorias: bairros municipais (=29), zonas históricas (=13), áreas de génese ilegal (=7) e casos misturados (=18). À carta BipZip, produzida finalmente em 2011 e incluída na revisão do Plano Diretor Municipal de Lisboa, seguiu-se o enquadramento do programa de parcerias locais BipZip, criado no âmbito dos objetivos do Programa Local de Habitação de Lisboa.

Com o fim de responder aos objetivos camarários para a requalificação dos territórios identificados, o programa BipZip promove a dinamização de parcerias locais em torno de projetos comuns financiados por orçamento próprio, até um máximo de 50 mil euros cada. Até 2015, 320 projetos foram implementados, incluindo um total de mais de 1800 atividades e um financiamento global de cerca de 7,500 milhões de euros (Falanga, 2014; 2015)¹. É a partir do desempenho do programa ao longo das suas primeiras cinco edições, que se pretende refletir de forma situada, sobre o contributo que a academia pode dar para a avaliação da participação pública neste caso concreto. Dada a posição privilegiada do autor deste texto, enquanto membro da equipa consultora do programa, destacam-se algumas das questões debatidas em torno do desenho para uma avaliação robusta do programa. As questões discutidas nesta sede visam dar luz a algumas inquietações ligadas ao programa, que desafiam a comunidade científica e os seus interlocutores governamentais e da sociedade civil, para desenvolver um debate alargado em torno dos modelos de avaliação da participação pública.

Que abrangência do modelo de avaliação?

Considera-se oportuno avançar com uma avaliação do programa BipZip, que proporcione

informação adequada tanto sobre os aspetos de natureza tanto quantitativa quanto qualitativa. Supõe-se assim que, a uma primeira fase de análise de indicadores quantitativos possa seguir-se uma fase de consulta com entidades parceiras e da sociedade civil, envolvidas ao longo do programa. Relativamente à primeira fase de avaliação, identificam-se três áreas nas quais é possível recolher dados tangíveis: (i) projetos implementados pelas entidades parceiras; (ii) atividades realizadas dentro dos projetos implementados; e (iii) financiamento proporcionado no âmbito do programa. Estas três áreas podem informar sobre os impactos do programa nos 67 territórios BipZip no que diz respeito à capacidade das parcerias locais realizarem os projetos financiados e de realizarem o leque de atividades inserido em fase de candidatura. Levanta-se assim uma primeira questão relativa à abrangência da avaliação perante uma complexidade ampla de interações entre governo autárquico juntas de freguesia e sociedade civil organizada dentro e fora do programa. A formulação dos indicadores relativos às três áreas poderá proporcionar este tipo de informação, apenas no que diz respeito ao desempenho do programa, limitando conhecimento mais aprofundado sobre as práticas formais e informais, que necessariamente alimentam e animam os territórios urbanos. Pensa-se, por exemplo, na possibilidade de incluir nesta avaliação algum indicador sobre a interação que entidades parceiras e atores comunitários envolvidos no programa BipZip possam ter vindo a ter com outros programas municipais, empresas privadas ou iniciativas da sociedade civil, como fator de incidência para o sucesso e insucesso dos projetos.

Que ligação dos indicadores à realidade?

A formulação de indicadores levanta necessariamente questões sobre a ligação que a operacionalização e a medição da avaliação têm com a realidade. Neste caso concreto, o objetivo do primeiro indicador é o de informar sobre a implementação dos projetos pelas entidades parceiras. Este cálculo deverá ter em conta riscos de enviesamento, como no caso de territórios BipZip com uma extremamente elevada taxa de entidades parceiras e projetos; territórios BipZip com uma extremamente baixa taxa de entidades parceiras e projetos; territórios BipZip com uma elevada taxa de entidades parceiras, mas baixo número de projetos implementados; e finalmente territórios BipZip com baixa taxa de en-

¹ Toda a informação relativa ao programa BipZip encontra-se disponível no website: www.bipzip.cm-lisboa.pt

tidades parceiras, mas elevado número de projetos implementados. Estas quatro situações tipificam riscos de enviesamento, na medida em que as razões por detrás de valores baixos ou altos deverão sempre contemplar uma análise pormenorizada das características socio-territoriais de cada território BipZip, da sua composição sociodemográfica, da sua dinâmica no tecido empresarial e assim por diante. O indicador, se considerado por si só, não fornece indicações sobre a circulação de atores sociais dentro e entre as parcerias locais, nem sobre a capacidade efetiva de implementação dos projetos e de alcançar resultados esperados e inesperados.

O segundo indicador pretende informar sobre as atividades realizadas no âmbito dos projetos implementados, tendo em conta que cada projeto, conforme indicado pelas regras do programa, pode articular um máximo de 5 atividades. Neste caso, o cálculo das atividades deverá ter em conta o eventual enviesamento decorrente de territórios BipZip com uma extremamente elevada taxa de projetos e atividades; territórios BipZip com uma extremamente baixa taxa de projetos e de atividades; territórios BipZip com uma elevada taxa de projetos, mas baixo número de atividades; e territórios BipZip com baixa taxa de projetos, mas elevado número de atividades. Portanto, e à semelhança do que foi referido para o primeiro indicador, o valor relativo aos projetos não informa necessariamente sobre a capacidade efetiva que os atores locais tiveram para os implementar e resulta também insuficiente para informar sobre outros aspetos, que poderão explicar o seu desempenho (por exemplo, a dinâmica das relações entre os atores envolvidos, o uso dos serviços prestados à comunidade, o grau de capacitação das entidades parceiras, etc.).

Por fim, relativamente ao terceiro indicador, a informação sobre o financiamento proporcionado pelo programa deverá indicar de que forma a população residente, juntamente com as comunidades alvo das intervenções, terão obtido proveito através dos projetos. À semelhança dos outros dois indicadores, um possível enviesamento poderá decorrer de territórios BipZip densamente povoados com uma extremamente elevada taxa de financiamento, de territórios BipZip escassamente povoados com uma extremamente baixa taxa de financiamento, de territórios BipZip muito povoados, mas com baixo financiamento e de territórios BipZip pouco povoados, mas com elevado financiamento. Ressalva-se que o valor relativo ao financiamento limita a informação sobre as modalidades de uso para a implementação dos projetos e, à semelhança dos outros indicadores, a presença de valores elevados ou baixos necessita de ser integrada com dados adicionais, para avaliar de forma

integral o impacto do financiamento. Por exemplo, um valor elevado relativo ao financiamento não informa necessariamente sobre o tipo de sucesso – ou insucesso – alcançado por meio do montante recebido, assim como a inclusão do número de residentes potencialmente participantes e/ou beneficiários dos mesmos, não informa necessariamente sobre o impacto efetivo nos territórios.

Que integração de metodologias distintas?

A possibilidade de integrar indicadores quantitativos com informação de natureza qualitativa poderá proporcionar uma avaliação mais robusta. O envolvimento de entidades parceiras com as populações residentes nos 67 territórios BipZip, poderá servir para este efeito. A auscultação destes atores poderá fornecer pistas adicionais e integradoras para o conhecimento e entendimento dos múltiplos fatores, que condicionam o sucesso ou insucesso dos projetos financiados e, de forma mais abrangente, do programa BipZip. Será a integração de métodos quantitativos e qualitativos a melhor hipótese a seguir? Haverá outras mais adequadas aos objetivos da análise? Pensa-se, por exemplo, nas contribuições no âmbito dos modelos participativos de participação e, portanto, no envolvimento diverso e progressivo dos próprios atores na definição e execução da avaliação. Este caminho pode ser percorrido, contudo, apenas aquando da disposição de recursos técnicos e humanos para a sua realização. Se por um lado a abrangência e complexidade do programa BipZip requerem que a avaliação tenha em conta o maior número possível de variáveis, também é verdade que ao longo das suas edições muitos têm sido os atores envolvidos. Como operacionalizar a escolha dos atores a envolver na avaliação? Como fasear a avaliação tendo em conta necessidades, tempos e locais? Como chegar a um resultado que seja suficientemente claro e útil para a melhoria do programa? Estas e outras perguntas serão fundamentais, qualquer que seja a escolha final do modelo de avaliação.

Conclusões

A atenção prestada à avaliação de novos processos, que visam incluir cidadãos e cidadãs na tomada de decisão, tem sido escassa a nível internacional. A necessidade de aprofundar a reflexão em torno de modelos de avaliação no âmbito de um diálogo crítico entre experiências no terreno e contributos teóricos, levou à reflexão apresentada neste texto

em torno do programa BipZip. O programa, implementado pela Câmara Municipal de Lisboa desde 2011, promove e financia projetos de regeneração urbana através de concursos abertos para parcerias locais compostas por associações territoriais, grupos de cidadãos e juntas de freguesias e com a participação ativa das comunidades.

A avaliação deste programa lança um conjunto de desafios de natureza metodológica, que remetem para inquietações, que requerem maior partilha de estudos e reflexões neste âmbito. A discussão em torno da abrangência do modelo de avaliação, da ligação dos indicadores à realidade e da integração de métodos quantitativos e qualitativos, destaca algumas dessas inquietações. Por um lado, nota-se a necessidade de perceber o tipo de sinergias que existem entre o programa e outros mecanismos de governação, assim como formas de mobilização informal no terreno. Uma avaliação integral da participação pública precisa de ter em conta o quadro global das medidas adotadas pelo governo, no que diz respeito ao objeto de intervenção, como os territórios prioritários neste caso, juntamente com uma avaliação global das estratégias de governação urbana. A adoção de critérios de natureza quantitativa levanta, por outro lado, a necessidade de sustentar a avaliação com informação de natureza mais qualitativa. Esta integração poderá fornecer mais robustez ao modelo adotado, para a compreensão dos impactos do programa. Contudo, a integração de métodos diferentes deverá ser por sua vez problematizado e considerado como uma das opções disponíveis. A adoção de metodologias participativas na própria definição dos critérios de avaliação, bem como na sua operacionalização, surge assim como hipótese alternativa que coloca, porém, em causa as condições reais para a sua execução.

O programa BipZip e os processos participativos colocam um conjunto de desafios, que só adquirem sentido no diálogo constante entre produção científica e terreno. Considerando a difusão destes processos no País e no mundo, este contributo poderá ajudar no aprofundamento do debate em torno de modelos de avaliação robustos, para a participação pública.

Referências Bibliográficas

- Arnstein, S. (1969); A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35 (4), 216–224.
- Atkinson, M. e Coleman, W. (1992); Policy Networks, Policy Communities and the Problems of Governance, *Governance*, 5 (2), 154-180.
- Bryson, J., Quick, K., Schively, C., Crosby, B. (2012); Designing Public Participation Processes, *Public Administration Review*, 73 (1), 23-34.
- Castells, M. (1996); *The Rise of Network Society 2nd Edition*. Oxford: Blackwell Publishing.
- Cornwall, A. (2007); Buzzwords and Fuzzwords: Deconstructing Development Discourse. *Development in Practice*, 17 (4/5), 471-484.
- Creighton, J. (2005); *Handbook of Participation: Making Better Decisions through Citizen Involvement*. San Francisco: Jossey Bass A Wiley Imprint.
- Dryzek, J. (2002); Policy Analysis and Planning: From Science to Argument, em Frank Fischer, e John Forester (orgs.). *The Argumentative Turn in Policy Analysis and Planning*, Taylor & Francis e-Library, 213-232.
- Easton, D. (1965); *A Systems Analysis of Political Life*. Nova Iorque: Wiley.
- Estrella, M. e Gaventa, J. (1998); *Who Counts Reality? Participatory Monitoring and Evaluation: A Literature Review*. IDS Working Paper 70. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/files/Wp70.pdf>
- Falanga, R. (2014); Changes need Change: A Psychosociological Perspective on Participation and Social Inclusion. *Rivista di Psicologia Clinica*, 2, 24-38.
- Falanga, R. (2015); Desafios e Horizontes da Participação Cívica nas Políticas Públicas, em João Ferrão, e Ana Horta. *Ambiente Território e Sociedade: Novas Agendas de Investigação*, Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 197-203.
- Farrington, J., Bebbington, A., Wellard, K., Lewis, D. (1993); *Reluctant Partners: Non-governmental Organisations, the State and Sustainable Agricultural Development*. Londres: Routledge.
- Fiorino, D. (1990); Citizen Participation and Environmental Risk: A Survey of Institutional Mechanisms. *Science, Technology and Human Values*, 15, 226-243.
- Fischer, F. (2009); *Democracy and Expertise: Reorienting Public Policy*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Forester, F. (1999); *The Deliberative Practitioner: Encouraging Participatory Planning Processes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fung, A. (2006); Varieties of Participation in Complex Governance. *Public Administration Review Special Issue: Collaborative Public Management*, 66, 66-75.
- Hupe, P. e Hill, M. (2007); Street Level Bureaucracy and Public Accountability. *Public Administration*, 85 (2), 279-99.

- Hogwood, B. e Gunn, L. (1984); *Policy Analysis for the Real World*. Oxford: Oxford University Press.
- Huntington, S. (1975); The United States, em Michel Crozier; Samuel P. Huntington; e Joji Watanuki, *The Crisis of Democracy*, Nova Iorque: New York University Press, 59-118.
- IODP International Observatory for Participatory Democracy (2006); *Guía Práctica: Evaluación de Procesos Participativos*, Observatorios Locales de Democracia Participativa, Fase de Aplicación de Indicadores. Disponível em: http://www.redcimas.org/wordpress/wp-content/uploads/2012/08/m_OIDPespa%C3%B1ol_GUIA.pdf (accessed 13 June 2016).
- Lipsky, M. (1980); *Street-level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual in Public Services*. Nova Iorque: Russel Sage Foundation.
- Lowndes, V., Pratchett, L., Stoker, G. (2001); Trends in Public Participation: Part 1 – Local Government Perspectives, *Public Administration*, 79 (1), 205-222.
- Murray, R. (2002); Citizens' Control of Evaluations: Formulating and Assessing Alternatives. *Evaluation*, 8 (1), 81-100.
- OECD Organisation for Economic Co-operation and Development (2005), *Evaluating Public Participation in Policymaking*, Paris: OECD.
- Rebien, C. (1996); Participatory Evaluation of Development Assistance: Dealing with Power and Facilitative Learning. *Evaluation*, 2 (2), 151-171.
- Roberts, N. (2002); Public Deliberation in an Age of Direct Citizen Participation. *American Review of Public Administration*, 34 (4), 315-353.
- Rosener, J. (1978); Citizen Participation: Can We Measure Its Effectiveness?. *Public Administration Review*, 38 (5), 457-463.
- Rowe, G. e Frewer, L. (2000); Public Participation Methods: A Framework for Evaluation. *Science, Technology, & Human Values*, 25 (1), 3-29.
- Rowe, G. e Frewer, L. (2004); Evaluating Public-Participation Exercises: A Research Agenda. *Science, Technology, & Human Values*, 29 (4), 512-556.
- Rowe, G. e Frewer, L. (2005); A Typology of Public Engagement Mechanisms. *Science, Technology, & Human Values*, 30 (2), 251-290.
- Scharpf, F. (1978); Comparative Policy Studies: Cases in Search of Systematic Theory. *European Journal of Political Research*, 6 (1), 117-125.
- Webler, T., Kastenholz, H., Renn, O. (1995); Public Participation in Impact Assessment: A Social Learning Perspective. *Environmental Impact Assessment Review*, 15 (5), 443-463.
- Webler, T. (1999); The Craft and Theory of Public Participation: A Dialectical Process. *Journal of Risk Research*, 2 (1), 55-71.
- Webler T. e Tuler, S. (2000); Fairness and Competence in Citizen Participation: Theoretical Reflections from a Case Study. *Administration and Society*, 32 (5), 566-595.
- Yang, K. e Pandey, S. (2011); Further Dissecting the Black Box of Citizen Participation: When Does Citizen Involvement Lead to Good Outcomes?. *Public Administration Review*, 71 (6), 880-892.